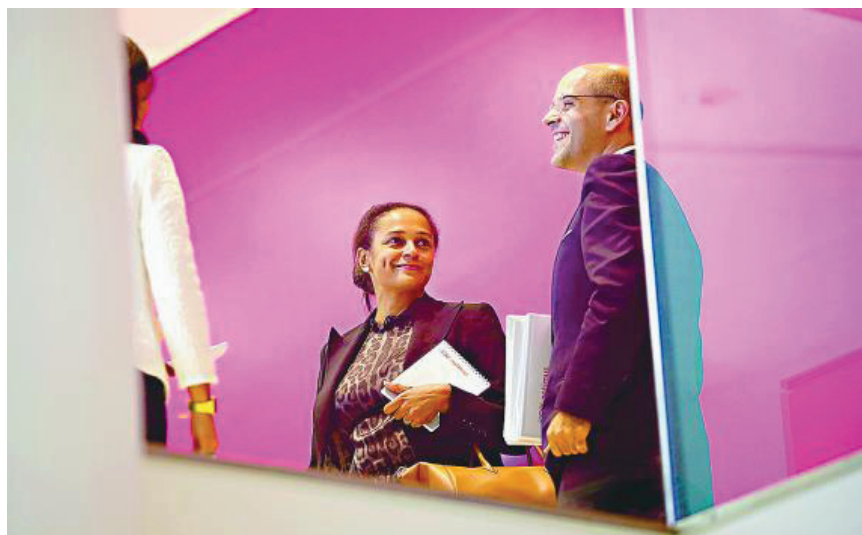


**Negócio** Catalães ultimavam ontem à noite oferta pública de aquisição pelo capital do BPI que ainda não detêm

# CaixaBank vai avançar com OPA sobre o BPI



Isabel dos Santos recuou no princípio de acordo com o CaixaBank. Governo forçará desblindagem por lei até 2017

**Filipe Paiva Cardoso**  
filipe.cardoso@dinheirovivo.pt

► O CaixaBank vai avançar com uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre o capital do BPI ainda esta segunda-feira, avançaram ao IN/Dinheiro Vivo fontes do mercado financeiro. O grupo catalão reage assim ao recuo de última hora da Santoro Finance, de Isabel dos Santos, que ontem ao início da tarde deitou por terra o acordo que as duas partes tinham anunciado no passado dia 10.

O grupo catalão volta assim a lançar uma OPA ao BPI pouco mais

de um ano depois do avanço que tentou em fevereiro de 2015, quando ofereceu 1,329 euros por ação do BPI. Os catalães já detêm 44,1% do banco presidido por Fernando Ulrich, pelo que a oferta que irão fazer abrange os restantes 55,1%.

Aquando da OPA lançada em 2015, a oferta acabou por cair por terra logo na primeira etapa. Os catalães exigiam como primeiro passo a desblindagem dos estatutos do BPI, para poderem votar com mais de 20% das ações, algo que foi chumbado pela Santoro Finance. Agora, porém, há um novo enquadramento legal a ter em conta e que

## próximos passos :

### CMVM avalia

● O regulador do mercado deve decidir esta manhã manter a suspensão da negociação das ações do BPI em Bolsa enquanto se aguarda pela confirmação da OPA.

### Alterações legislativas

● A lei que prevê o fim das blindagens em empresas cotadas entra em vigor a 1 de julho e terá um período transitório de seis meses, até fevereiro de 2017.

de ser determinante no desfecho da nova oferta espanhola.

O Executivo aprovou em Conselho de Ministros na última quinta-feira as alterações legislativas necessárias para se avançar por via legal com o fim das blindagens previstas pelos estatutos de algumas empresas cotadas. E é este o espectro que vai agora pairar sobre a OPA do CaixaBank: considerando que a blindagem dos estatutos no BPI tem funcionado a favor de Isabel dos Santos, dando-lhe tanta força no banco como aquela detida pelo CaixaBank apesar de ter o dobro das ações, o fim da blindagem de lapida o poder negocial da empresária para negociar a venda da sua participação no BPI. E este poder negocial será tão mais deteriorado quanto menos tempo faltar para a entrada em vigor das alterações legislativas.

As alterações entrarão em vigor a 1 de julho – a segunda data do ano em que avançam mudanças legislativas para as empresas –, e terá um período transitório de seis meses, ou seja, até 1 de fevereiro. Neste período transitório as empresas cotadas serão convidadas a adaptar os seus estatutos ao novo enquadramento legal. Caso o BPI não o faça, ou caso a nova OPA dos espanhóis não avance, então bastará esperar pela entrada em vigor do novo enquadramento legal para, a partir de então, o CaixaBank poder decidir livremente sobre o futuro do BPI. Esta possibilidade, que poderá ser real já em fevereiro de 2017, desvaloriza bastante a posição negocial – e financeira – da Santoro Finance neste dossiê do BPI. ●

## DICAS AO CONSUMIDOR



## Faturação e cobrança nas comunicações

Os serviços de comunicações devem ser cobrados todos os meses através de uma fatura que indique os serviços e os preços. Saiba que:

1. Após a prestação do serviço, o operador tem 6 meses para cobrar o valor devido. Se apenas lhe for pedido o pagamento de serviços 6 meses depois de terem sido prestados pode recusar-se a pagar, desde que invoque a prescrição da dívida. Faça-o por escrito e guarde o comprovativo.
2. Se não concorda com os valores cobrados na fatura, reclame por escrito. Se o fizer, o operador não pode suspender o serviço até que a reclamação seja respondida.
3. Se tiver faturas em dívida de valor superior a €106, os seus dados podem ser incluídos numa lista de devedores que é partilhada entre os operadores aderentes. Um operador pode recusar aceitar clientes que constem dessa lista.
4. A suspensão do serviço só pode ocorrer após pré-aviso do operador nesse sentido e se o valor devido não for pago nos 30 dias seguintes.
5. Se receber uma intimação (injunção) para pagar um valor com o qual não concorda, conteste-a por escrito dentro do prazo. Só assim pode evitar a penhora.

4. A suspensão do serviço só pode ocorrer após pré-aviso do operador nesse sentido e se o valor devido não for pago nos 30 dias seguintes.

### Saber mais

www.anacom-consumidor.com  
ou ligue grátis 800 206 665

Às segundas-feiras, informação útil sobre problemas de consumo. Envie as suas dúvidas ou pedidos de esclarecimento para [dicasdoconsumidor@jn.pt](mailto:dicasdoconsumidor@jn.pt)

## Costa quer “sobressaltos” evitados

**REAÇÕES** António Costa apelou, ontem, aos “principais acionistas” do BPI que não provoquem “sobressaltos” na instituição e no “sistema financeiro nacional”. Em reação ao desaire da negociação entre a angolana Isabel dos Santos e os espanhóis do CaixaBank, o primeiro-ministro admitiu confiar não só nas decisões da Administração do banco, como também de que será dado “cumprimento rápido àquilo que são as determinações das entidades de supervisão europeias”.

“O BCE tem revelado boa com-

preensão sobre o andamento deste processo. O prazo limite tinha sido fixado para o passado dia 10. O BCE até agora não aplicou qualquer tipo de sanção e estou convicto que, se todos agirem com prontidão nas condições existentes, podemos encontrar soluções que poupem a instituição a sanções, permitam o cumprimento do sistema de supervisão europeu e que possam manter estável o nosso sistema financeiro”, disse Costa, no aeroporto de Lisboa, antes de rumar a Paris.

## Chefe do Governo apela a decisão que mantenha “estável o sistema financeiro”

Na mesma linha, também o presidente da República se disse “atento” visando “prosseguir o interesse nacional”. Esse, disse Marcelo, é o objetivo e recusou dizer algo mais “neste momento”.

A Esquerda, durante a tarde, o líder do PCP, Jerónimo de Sousa, apelou à “redefinição das regras bancárias”. Já a porta-voz do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, alertou que a falta de entendimento de “banqueiros espanhóis e angolanos” “pode vir a ser um custo para os contribuintes”. N.M.R.